

Contribuições do tradutor e intérprete no desenvolvimento da Libras

O objetivo desta aula é identificar a relevância da tradução e interpretação para a evolução da Libras enquanto língua. Para tanto, a discussão é fundamentada em um paralelo entre o desenvolvimento das línguas nacionais, mais especificamente o inglês, e o desenvolvimento da Libras. Nesse percurso são abordadas as questões de poder, fracasso e responsabilidade que atravessam o ato tradutório e interpretativo. A expectativa é que ao final da leitura você, estudante, seja capaz de compreender como atuações individuais contribuíram para o surgimento, estabelecimento e evolução das línguas e literaturas nacionais, e como isso pode ser visto no caso da tradução e interpretação em Libras.

O papel dos tradutores no desenvolvimento das línguas nacionais

Neste momento, interessa discutir de modo amplo como os tradutores, ao longo da história, ajudaram no desenvolvimento das línguas nacionais. O ponto de partida para tal discussão é o texto “Os tradutores e o desenvolvimento das línguas nacionais”, parte integrante do livro *Os Tradutores na História*, de Jean Delisle e Judith Woodsworth.

Primeiramente, cabe esclarecer o que você, estudante, deve entender por línguas nacionais. O termo é tomado em sinônimo à expressão *língua padrão*. Isso remete ao fato de que se existe uma língua padrão é porque há variedades de línguas de um mesmo idioma, variedades que, por vezes, se distanciam significativamente. O caso da China é exemplar, pois o país ainda apresenta variedades de língua que podem dificultar a comunicação entre chineses de regiões diferentes, daí o papel da língua padrão, aquela identificada como a língua do povo, por isso língua nacional, ser o de permitir que pessoas de diferentes regiões e estratos sociais possam se comunicar com uma língua que lhes é comum, a sua língua nacional.

Em alguns países, como o Brasil, existe bastante variação linguística, mas isso não chega a representar um obstáculo à comunicação dos brasileiros de diferentes regiões e classes sociais. Contudo, ainda assim, há a língua padrão e as variedades dessa língua. Uma língua padrão é algo construído, com base em diversos fatores, ao longo da história, tal como você poderá constatar na próxima seção, em que será apresentado o desenvolvimento da língua inglesa.

Antes, porém, para que essa noção de língua nacional possa ser mais claramente compreendida, pense, estudante, nos seus anos de escola, ao longo dos quais você teve a disciplina de Língua Portuguesa. Se você pensar em termos bastante objetivos, o propósito dessa disciplina não era ensinar a você o português da forma, como, por exemplo, o inglês é ensinado na disciplina de Língua Inglesa. Isso porque você já é falante do português, ou melhor dizendo, de uma das variedades do português. Nenhum brasileiro vai à escola aprender como pedir informações para tomar um ônibus, por exemplo. Afinal, qualquer brasileiro que adquiriu sua língua materna sabe fazer isso muito bem, ainda que as formas, estratégias e variedade linguística variem de pessoa para pessoa. O objetivo das aulas de Língua Portuguesa era e é ensinar aos alunos brasileiros o domínio da variedade padrão, bem como adequar o uso de diferentes variedades do português a cada contexto comunicativo.

Entendido o significado da expressão línguas nacionais, já se pode dizer que um dos fatores que contribuem para a padronização de uma variedade linguística num dado país, levando-a ao *status* de língua nacional, é a atuação dos tradutores. Ao longo do desenvolvimento das civilizações, os tradutores desempenharam papel central durante esse processo. Sua atuação contribuiu para o surgimento, o enriquecimento e a promoção das línguas e literaturas nacionais, para o despertar de uma consciência coletiva de grupos étnicos e linguísticos, para a importação de novas ideias e valores, além de colaborar para a preservação do patrimônio cultural da humanidade, como bem exemplifica a afirmação de que “[n]a França, o nacionalismo, combinado com a existência de monarquias poderosas, encorajou a tradução e incorporação de grandes obras estrangeiras, muitas vezes com o objetivo expresso de fortalecer e emancipar a língua nacional” (DELISLE; WOODSWORTH, 1995, p. 37).

Ademais, os tradutores contribuíram para o desenvolvimento de sistemas de escrita, haja vista que viam na tradução um instrumento de fortalecimento e emancipação da língua nacional. Exemplo de todas essas considerações é o processo de estabelecimento do inglês como língua nacional, sobre o qual se falará na seção a seguir.

O caso da língua inglesa: um exemplo para discussão

Durante muito tempo na história das civilizações, houve a separação entre a língua da ciência, da transmissão do conhecimento, da literatura, das cerimônias religiosas, em resumo, das situações comunicativas ditas de ordem superior, e a língua do povo, falada nas ruas, nos lares. A expressão *situações comunicativas superiores* é usada aqui em oposição ao uso ordinário, isto é, o uso do dia a dia. Nesse sentido, o latim, durante muito tempo, foi a língua das situações de comunicação ditas de ordem superior e, antes dela, o grego. No ocidente, durante a Idade Média, não importando a nação em que se estava, o latim era a língua de instrução, usada para adquirir e construir conhecimento. Assim, por exemplo, se uma obra escrita em sânscrito, a língua empregada para situações comunicativas superiores na Índia, fosse traduzida na Alemanha, ela teria sua versão em latim, e não em alemão, o mesmo se daria na Inglaterra, na França etc.

Na Inglaterra, as primeiras traduções para a língua inglesa resultaram da cristianização, e eram principalmente religiosas. Ainda no século XV, a Inglaterra vivia sob a influência linguística latina e francesa. Quando Geoffrey Chaucer (1343-1400), poeta e tradutor inglês, decide escrever em língua inglesa, tal fato simboliza o estabelecimento do inglês como língua nacional (DELISLE; WOODSWORTH, 1995, p. 40). Todavia, como a variedade linguística empregada por Chaucer refletia a fala nobre dos reis e a tradição literária francesa, ele não influenciou de modo determinante a forma padrão que o inglês assumiria mais tarde.

Durante a época de Chaucer, e mesmo depois, havia um grande número de variantes linguísticas na Inglaterra. Isso significa que era necessário que uma dessas variedades ganhasse realce e se difundisse, de modo a ganhar aceitação na escrita, para que, de fato, houvesse o desenvolvimento pleno de uma língua nacional (padrão) neste país. Isso começou a se tornar realidade por meio da contribuição de Caxton, tradutor e impressor que começou a atuar por volta de 1469. Sua atitude de imprimir as traduções empregando a variedade londrina fez com que o padrão londrino se espalhasse, permitindo sua adoção pelo restante do país de forma consideravelmente rápida.

Outro fator muito importante para a padronização do vernáculo da Inglaterra e de outros países europeus foi o papel exercido pelos tradutores da Bíblia, que, com seu trabalho, introduziram novas palavras nas línguas vernáculas. No caso do inglês, um papel decisivo foi exercido por William Tyndale (1484-1536), pastor protestante e acadêmico inglês que traduziu a Bíblia para uma versão inicial do moderno inglês. Apesar de numerosas traduções para o inglês, parciais

ou completas, terem sido feitas a partir do século VII, a Bíblia de Tyndale foi a primeira a se beneficiar da imprensa, o que lhe permitiu uma ampla distribuição. Distribuição que possibilitou que se difundisse na prática a crença que motivou Tyndale a traduzir a Bíblia para o inglês, e não para o latim, já que ele “acreditava que tanto o grego como o hebraico podiam ser traduzidos para o inglês mais facilmente do que para o latim, e que o inglês refletia a ampla variedade de estilos de Antigo Testamento ‘mil vezes’ mais efetivamente do que o latim” (DELISLE; WOODSWORTH, 1995, p. 45).

Nesse processo, o pastor e acadêmico, diferentemente de Chaucer em seus trabalhos, traduziu a Bíblia empregando a linguagem do povo e criando novos vocábulos que passaram a fazer parte da língua inglesa. Mas ele não parou por aí, posto que influenciou as estruturas, o ritmo e a cadência da língua, moldando o que seria finalmente o padrão da língua nacional inglesa.

Contribuições e descobertas no caso da tradução literária

Os tradutores puderam contribuir para a evolução da literatura de suas nações em várias fases, seja para dar a ela o pontapé inicial ou para mudar o seu foco. Assim, um bom exemplo é o caso da reação das literaturas nacionais à hegemonia francesa, que tem a ver com o projeto de dominação de outras culturas e economias arquitetado por Napoleão Bonaparte. A sujeição de muitos países à vontade de Bonaparte e, portanto, aos princípios culturais franceses acabou resultando numa busca por uma identidade própria, afastada do modelo francês. Essa busca implicou que se lessem, produzissem e traduzissem obras literárias que não as francesas, o que teve, certamente, um reflexo importante na diferença entre língua e cultura de uma sociedade, conforme observa Hall (2004, p. 7):

[...] as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social.

Quanto à tradução literária, pode-se dizer que ela se trata basicamente de uma operação entre duas culturas, mais precisamente pelo choque ou oposição entre as mesmas. Isso implica que a divergência entre as diferentes culturas das línguas envolvidas no ato tradutório, para além das características estruturais da língua, amplia a complexidade da tradução literária. Sob essa perspectiva, a

maior dificuldade na tradução literária consiste na busca da literatura por aquilo que é peculiar, a fim de construir individualidades. Segundo Mounim (1965), a tradução não exigiria mais do que a semelhança, a convergência, a busca da redução das diferenças. Entretanto, uma vez que a literatura persegue a singularidade, a tradução da literatura não pode desconsiderar esse aspecto.

Ter de levar esse aspecto em consideração obriga tradutores a significar a cultura de partida em face à cultura-alvo e a ressignificar ambas, num exercício de aproximar, sem igualar, o que é distante por natureza. Esse exercício de ressignificar uma obra conforme as culturas das línguas envolvidas na tradução, procurando por “equivalências” culturais, semânticas, estruturais etc., fez com que a literatura da língua para a qual se traduz evoluísse, ao adotar certas fórmulas, ao incorporar à língua novas palavras, ao entrar em contato com ideais diferentes, com temáticas inexploradas até então na língua-alvo.

A disseminação do conhecimento

“A tradução assegura a descendência de toda ciência.” A afirmação é de Giordano Bruno (1548-1600), filósofo italiano da Renascença, e sintetiza muito bem o papel da tradução na disseminação do conhecimento, posto que sem ela muito do conhecimento produzido pela humanidade teria se perdido ou permanecido isolado na sua região de produção.

Historicamente, convém lembrar, esse papel desempenhado pela tradução foi facilitado e ampliado, respectivamente, pela invenção do papel e pelo surgimento da imprensa, pois por meio deles tradutores “puderam ter acesso ao trabalho científico alheio, baseando-se nele para desenvolver sua busca do conhecimento” (DELISLE; WOODSWORTH, 1995, p. 115). Esse fato revela que a evolução da tecnologia para registrar e espalhar informações, conhecimento, literatura, traduções, entre outros foi de suma importância, pois permitiu, num primeiro momento, o acesso a obras estrangeiras, já que a compilação de textos foi enormemente facilitada pelos recursos do papel e da imprensa – imagine a dificuldade de preservar ao longo dos séculos e em diferentes regiões textos gravados em suportes como tábuas, pedra, papiros –, e o registro das traduções de forma que perdurassem ao longo do tempo, se disseminassem com maior rapidez, alcançando parcelas maiores da população.

Essa democratização do conhecimento, disponível ao acesso de todos os que soubessem ler, e o próprio aumento do número de pessoas capazes de ler na

língua de seu país “deram à tradução científica e técnica uma dimensão didática. Os tradutores se tornaram popularizadores. Sua missão era explicar, informar e instruir os não especialistas [...]” (DELISLE; WOODSWORTH, 1995, p. 115).

Atualmente, há um volume ainda maior e crescente de traduções em campos especializados como economia, medicina, ciência da computação etc. O mundo moderno é dependente da tradução mais e mais, dado que justifica a asserção de Delisle e Woodsworth (1995, p. 116) de que a tradução é um instrumento necessário para a investigação séria em qualquer campo. Afinal, o recurso da tradução permite ir buscar em outras culturas conhecimentos ainda não formulados ou não sistematizados num determinado país, fomentando o surgimento ou o desenvolvimento de novas áreas do saber que, anteriormente à tradução de dadas obras, não existiam ou eram incipientes na língua de chegada. A China é, mais uma vez, um bom exemplo de civilizações que importaram conhecimentos de outros povos, assim como nós, brasileiros, que importamos muitas teorias, estilo de escrita, literatura etc., até meados do século XIX, da cultura europeia, o que se reflete, inclusive, na incorporação de certas palavras do francês ao português.

A prática da tradução técnica e científica pode, ainda, contribuir para a sustentação das pesquisas, bem como para o desenvolvimento de uma linguagem científica, posto que os tradutores, em seu trabalho, “precisam forjar novos termos para denotar os novos conceitos e realidades que encontram” (DELISLE; WOODSWORTH, 1995, p. 136). Não é difícil concluir que a tradução é um dos recursos que possibilita a vivência e a convivência no mundo globalizado, e que foi ela, na falta de uma rede mundial de comunicação como a que se tem atualmente, que possibilitou que pontes fossem lançadas entre as diferentes culturas, fazendo com que o saber acumulado por determinadas civilizações atravessasse barreiras geográficas, linguísticas e culturais.

O desenvolvimento da Libras por intermédio dos tradutores e intérpretes

Ainda que as comunidades surdas brasileiras façam uso do português escrito, a única língua reconhecida pelos surdos como representação de sua identidade é a língua de sinais, por isso a proposta agora é estabelecer as relações possíveis entre o processo de desenvolvimento da Libras na sua condição de língua

oficial/vernáculo das pessoas surdas brasileiras, bem como refletir sobre como a prática de tradução e interpretação tem contribuído para a disseminação do conhecimento científico e cultural produzido pelos ouvintes.

A história da atuação de intérpretes e tradutores da Libras não é clara, faltam registros sobre o início da profissão. Algo mais sistemático em relação a isso só começou a ser feito a partir de 1987, com a fundação da Feneis (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos), que tem por objetivo lutar pelos direitos linguísticos, culturais e sociais do surdo. Assim, a instituição tem exercido o papel de dar a conhecer a língua e cultura surda, fazendo com que a individualidade linguística e cultural deles seja compreendida e respeitada pela sociedade em geral.

Essa luta pelo reconhecimento e respeito dos direitos linguísticos e culturais foi facilitada, porque fundamentada cientificamente pelo argumento de que as línguas de sinais têm todas as propriedades de uma língua natural. Com base nisso, surdos, tradutores e intérpretes da Libras, por intermédio da Feneis, atuam no sentido de garantir que os bens culturais (entre eles o conhecimento técnico-científico) cheguem ao surdo, o que valida para a tradução em Libras a afirmação de que “a tradução não aparece como um fenômeno isolado, mas associada a certos projetos mais importantes, de natureza nacionalista, ideológica e religiosa, que tinham, muitas vezes, o apoio de monarcas, aristocratas e instituições” (DELISLE; WOODSWORTH, 1995, p. 37).

Antes do reconhecimento legal da Libras como língua, o papel do tradutor e do intérprete era praticamente restrito à atuação em escolas e igrejas, sendo esta última, conforme Assis Silva (2006), o lugar de onde germinaram muitos tradutores e intérpretes de Libras. O reconhecimento da Libras, portanto, foi o que possibilitou e motivou a ampliação da atuação do tradutor em várias e diferentes áreas de conhecimento, já que levou ao estabelecimento de políticas públicas para a inclusão de surdos, contemplando aí políticas para a atuação do intérprete, principalmente o educacional.

Também na área da tradução e interpretação de Libras, as traduções religiosas tiveram importante papel, posto que levaram à formação de intérpretes na prática e ao enriquecimento do vocabulário pelo acréscimo de novos sinais à Libras, requisitados pela atividade de interpretação de cultos, missas etc., com o objetivo de evangelizar os surdos. Papel similar ao que tiveram, no inglês, as traduções da Bíblia.

Por outro lado, a disseminação dos bens culturais e científicos desenvolvidos pelos ouvintes, bem como uma espécie de padronização e enriquecimento de vocabulário, vem acontecendo por meio da ação de empresas como a Editora Arara Azul. Uma de suas ações se trata do Projeto Libras, que visou, num primeiro estágio, à publicação em CD-ROM de traduções dos Clássicos da Literatura Nacional e Universal para a Libras. Durante a tradução, trabalharam em conjunto tradutores (surdos) e intérpretes (ouvintes). Isso é enriquecedor, pois cria a oportunidade de que a língua seja incrementada, ao passo que tradutor e intérprete precisam enfrentar uma tradução que se quer linguística e cultural, a qual tem como finalidade não apenas ser objeto de conhecimento, mas também de fruição estética, que procura, mesmo enquanto tradução, sua singularidade, conforme afirma Mounin (1965) sobre a tradução literária. A tradução da literatura para a Libras também se dá por meio de embates e choques culturais, como prevê Mounin (1965), entre a tradução de línguas orais.

Além disso, mais recentemente, as atividades da Editora Arara Azul, com a publicação de suas traduções em CD-ROM espalhadas pelo Brasil, contribuem para o início da padronização da Libras, que, como toda língua natural, apresenta diversas variedades oriundas das diferentes regiões do país. Esse processo natural de padronização da Libras iniciado, por um lado, pelas atividades tradutórias da literatura clássica teve, por outro, o apoio da publicação, também em 2001, do *Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua Brasileira de Sinais*, que contém os sinais que correspondem a 9 500 verbetes em inglês e português. Atualmente, esse dicionário é fonte de consulta para tradutores em todo o país.

Também com o crescente aumento de surdos nas universidades brasileiras, seja em nível de graduação ou pós-graduação, como estudantes ou professores, tem se exigido uma maior formação por parte dos intérpretes, que agora necessitam intermediar não apenas o acesso ao conhecimento, mas também a produção dele, na medida em que acompanham estudantes e professores surdos em congressos nacionais e internacionais, traduzindo palestras, aulas, reuniões entre professores etc. Dessa forma, também no campo científico, a Libras tem sido incrementada pela utilização de novos sinais ou pela ampliação e ressignificação de sinais já existentes, criando as condições necessárias para que os discursos científicos possam ser não apenas traduzidos, mas também produzidos, tendo em vista a apropriação que os surdos passam a ter desses conhecimentos, podendo, a partir daí, elaborar seu próprio discurso científico, teorizando sobre as mais variadas questões.

Enfim, o papel da tradução e do tradutor na língua de sinais vem sendo o de enriquecer a língua com novos vocábulos e, às vezes, com novas estruturas, bem como o de levar a um processo de instauração e disseminação do que poderíamos chamar de uma “norma culta” da Língua Brasileira de Sinais.

Responsabilidade, poder e fracasso na tradução: implicações da prática de tradução e interpretação

Com tantas contribuições, e por que não dizer intervenções, é impossível não reconhecer que a prática da tradução e interpretação é atravessada, durante todo o seu processo, por questões relacionadas ao poder, ao fracasso e à responsabilidade. O tradutor “detém o poder” porque a comunicação entre partes que não se conhecem, que não se entendem, que não se comunicam por si mesmas, é feita por seu intermédio. Assim, ele possui o controle do que é ou não dito, principalmente quando os envolvidos na tradução não têm qualquer possibilidade de confirmar se o que está sendo traduzido é realmente aquilo que se pretendia comunicar. Pode, inclusive, nesse caso, se beneficiar da situação. Frente a isso, não é difícil entender a ideia contida na passagem abaixo:

Houve um tempo em que os intérpretes eram tidos como magos e bruxos, alçando-se sobre os demais por seu conhecimento incomum. Em outras épocas, gozaram de prestígio e mordomias nunca antes estendidos a plebeus. Privaram das benesses do poder e gozaram da intimidade de faraós cujos rostos jamais nos serão revelados, julgando-se protegidos sob o manto de cúmplice amizade. Mas a despeito de sua majestade, ou de seu relativo poder, muitos intérpretes terminaram sacrificados e sepultados incógnitos sob as pirâmides de seus senhores, por razões estratégicas. (MAGALHÃES, 2007, p. 103)

O que Magalhães afirma corrobora o que foi dito no parágrafo acima e chama a atenção para o fato de que o poder implica consequências, das quais deriva a responsabilidade. Esta, aliás, é o que liga o poder e o fracasso na tradução, haja vista que ambos trazem consequências para todos os envolvidos no processo tradutório. Sobre isso, também vale a pena considerar mais um trecho do livro *Sua Majestade, o intérprete: o fascinante mundo da tradução simultânea*:

A responsabilidade envolvida em um serviço de tradução é muito grande. O intérprete é um pequeno, mas importante elo na cadeia da comunicação. Não é indispensável, como gostaríamos de crer, mas certamente importante. Por seu intermédio, canalizam-se informações cruciais, cujo entendimento é determinante no curso de acontecimentos que podem literalmente mudar a história. Mas a história consiste exatamente no conjunto dessas mudanças. E seremos sempre partícipes e agentes dela. Isso, naturalmente, implica risco. Um risco do qual é impossível fugir. Em nossa função de intérpretes, somos obrigados a tomar decisões a todo momento, instantaneamente. Somos potencialmente imputáveis pela escolha

de cada vocábulo ao microfone. E a possibilidade de fracasso, de erro, de um deslize, é em muito aumentada na presença de uma ansiedade descontrolada. Portanto, os esforços para controlar a ansiedade, dessensibilizar-nos em relação ao medo, na busca de uma perspectiva mais humana para o papel que desempenhamos, devem receber a mais alta prioridade nas estratégias de capacitação, uma vez que condicionam uma taxa muito maior de rendimento. (MAGALHÃES, 2007, p. 67-68)

Como bem identifica Magalhães, o tradutor é humano, está fadado a toda sorte de erros, mas, além disso, importa lembrar que o objeto de trabalho do tradutor é também “humano”, vincula-se à área das chamadas ciências humanas, que é o campo das incertezas, das relativizações, do exercício do poder através da língua, da detenção do conhecimento. Nesse último aspecto, a tradução pode ser vista como o exercício de poder por meio da detenção de um conhecimento comunicado em uma língua estrangeira, muitas vezes desconhecida por grande parte da população para a qual a tradução se dirige. Esse poder, é bom considerar, não é algo que necessariamente o tradutor busque, mas é uma espécie de consequência da tradução. Nesse sentido, muitas intervenções no que é comunicado, durante a interpretação, são resultado de como se constituem historicamente, culturalmente, ideologicamente e socialmente os sujeitos tradutores, características que não pode subtrair de si mesmo, ainda que deseje em nome de uma suposta neutralidade, durante a tradução. Daí não deriva que o trabalho de tradutores e intérpretes fique diminuído, muito pelo contrário. Ele é desejável, necessário e útil, como atestam algumas declarações de surdos sobre o serviço de interpretação coletadas por Pereira (2008), transcritas abaixo:

Os surdos sentem-se assegurados pelos intérpretes, pois estes, pelo poder de comunicação da língua de sinais, corporificam a possibilidade de resgate da participação. O intérprete ou o tradutor, de qualquer língua, tem grande poder em suas mãos. Ele é responsável pela qualidade da comunicação. Os surdos precisam que esses profissionais sejam bem qualificados. (STUMPF¹, 2005, p. 26 *apud* PEREIRA, 2008, p. 149)

A falta de disponibilização do serviço de interpretação reforça, nas pessoas surdas, a segregação linguística a qual a sociedade ouvinte os submete constantemente. Não vou à maioria das reuniões ou palestras onde não estará um intérprete de língua de sinais. Sinto-me uma boboca em ficar sentada por duas horas em algum lugar sem entender nada. Estou fisicamente presente, mas da palestra aproveito o mesmo tanto quanto a cadeira na qual estou sentada. (STRNADOVÁ², 2000, p. 74 *apud* PEREIRA, 2008, p. 149)

Com a língua de sinais os surdos podem, através do intérprete, compreender e ser compreendidos, e os ouvintes são colocados no mesmo nível, precisam também do intérprete ou de aprender uma língua que não é a sua língua natural. (STUMPF³, 2005, p. 26 *apud* Pereira, 2008, p. 152)

¹ STUMPF, M. R. **Aprendizagem de Escrita de Língua de Sinais pelo Sistema SignWriting**: línguas de sinais no papel e no computador. Tese (Doutorado). Porto Alegre: UFRGS, 2005.

² STRNADOVÁ, V. **Como é Ser Surdo**. Tradução de: TEIXEIRA, Daniela Richter. Petrópolis: Babel Editora, 2000.

³ STUMPF, ..., 2005. Op. cit.

Com base em tais declarações, percebe-se quão necessário é o trabalho de interpretação e tradução, pois lança ponte entre “mundos desconhecidos”, leva comunicação e entendimento onde só havia silêncio e isolamento, isso é válido tanto para a tradução de línguas visuais quanto para línguas orais. Um trabalho de tamanha responsabilidade, atravessado pelo poder e pelo fracasso, implica a exigência de excelente formação de profissionais, na oferta de cursos de aperfeiçoamento e formação, e o fato de que muito do tradutor se constitui na prática, em vivenciar as responsabilidades e consequências desse trabalho que muitos identificam como uma arte, cuja acepção desejada aqui envolve noções como: (i) conjunto de regras para dizer ou fazer com acerto alguma coisa; (ii) conjunto de prescrições de um ofício ou profissão; (iii) saber ou perícia para fazer algo; (iv) dom, habilidade, jeito e (v) ofício, profissão. Tendo isso em mente, convém encerrar esta aula com o que diz ARROJO (1986, p. 76) em seu livro *Oficina de Tradução: a teoria na prática*, sobre a formação dos profissionais da tradução, que pode ser estendido também à formação de intérpretes:

Ao considerarmos a tradução uma atividade essencialmente produtora de significados, e ao considerarmos o trabalho do tradutor pelo menos tão complexo quanto o do escritor de textos “originais”, fica evidente que não pode haver fórmulas mágicas nem atalhos fáceis para se aprender a traduzir.

Texto complementar

Tradução e interpretação de língua de sinais: deslocamentos nos processos de formação acadêmica e profissional

(SANTOS, 2010, p. 156-160)

Os dados apresentados para análise neste trabalho não possuem a intenção de criar modelos únicos, como se fossem compartilhados por todos os alunos do curso de Letras-Libras (Bacharelado), mas demonstrar como eles – os discursos – nos permitem colocar em circulação outras argumentações possíveis à formação de tradutores/intérpretes de língua de sinais. A seguir apresentamos o primeiro depoimento a ser analisado:

Essas disciplinas de estudos da tradução (e interpretação...) servem, como falou a [...] para nos dar a base teórica para a construção da identidade do intérprete quanto ao seu papel e suas funções nos momentos de interpretação. Assim, vamos pensando e formando todos juntos o nosso lugar/postura/função, seja em sala de aula, seja em palestras etc.

Um dos elementos significativos a ser destacado neste depoimento é o de construção da identidade profissional do ILS. Sem dúvida essa construção está associada aos papéis que ele desempenha, sendo necessário, também, construí-los ou desconstruí-los, pois frequentemente esse papel está associado a outras profissões, especialmente a de professor. Inúmeras vezes, por exemplo, em editais de concursos públicos ou em processos seletivos, as chamadas para vagas de ILS são realizadas pela nomenclatura de “professor-intérprete”. Essa situação é complexa, à medida que o edital¹⁰ desconsidera os alunos do curso de Letras-Libras (Bacharelado), pois coloca como exigência para concorrer à vaga a condição de professor formado em Pedagogia ou de aluno do curso de Pedagogia.

Em outro edital¹¹, a situação é drástica quando este menciona o cargo de “intérprete alfabetizador em Libras” e coloca como requisito à vaga qualquer curso na área de licenciatura com formação em intérprete de Libras. Que cursos seriam estes? Esses dois exemplos de editais demonstram a veracidade do depoimento relatado pela aluna quanto à necessidade de uma construção desses papéis.

Uma das distinções que distinguem a atuação de ILS em relação aos intérpretes de línguas orais está fortemente associada ao contexto de atuação. Enquanto intérpretes de línguas orais atuam, especialmente, em palestras e conferências definindo claramente seu papel, os ILS atuam frequentemente em sala de aula, contribuindo para que as confusões dos papéis entre docente e intérprete se instalem com maior velocidade.

A identidade do profissional tradutor ou intérprete, também, é um assunto pouco investigado no campo dos Estudos da Tradução, conforme assinala Sette (2002, p. 27): “apesar de existirem trabalhos, no campo dos estudos da tradução, que tratam da imagem do tradutor, [...] nenhum deles fala de identidade profissional”. A afirmação da autora está embasada em um estudo relacionado na década de 1990, quando ela observou, a partir do relato de tradutores e intérpretes, que estes não apontavam relação com o campo dos Estudos da Tradução, recém surgidos nessa época.

Por outro lado, fatores históricos evidenciaram a marginalização da interpretação dentro dos Estudos da Tradução devido à posição social que os intérpretes ocupavam, conforme explicitado na primeira parte deste trabalho ao tratarmos de Delisle e Woodsworth (2003). O passado da interpretação, pautado em situações frágeis, que perpassam desde a atuação em espaços conflitantes como guerras até espaços caritativos e assistencialistas, colocam esta área – e, por consequência, o intérprete – em uma situação desconfortável nos anais da história.

Não é de estranhar que ILS tenham de trabalhar, também, com esses resquícios históricos, uma vez que a atuação desse profissional tem marcas diretamente envolvidas em questões empíricas e não profissionais. Apesar das mudanças que o papel dos ILS tem ganhado nos últimos anos, ainda não estão suficientemente consolidadas no Brasil essas atribuições em relação ao papel dos ILS. No entanto, ao menos tais discussões têm sido melhor explicitadas em contextos teóricos e/ou espaços em que há um interesse institucional na promoção de políticas linguísticas que levem em conta a tradução/interpretação de língua de sinais.

Roy (2008) propõe uma breve descrição do papel do ILS, e nele a autora destaca algumas mudanças importantes na profissão no contexto estadunidense, quais sejam, da concepção do intérprete como uma ajuda, perpassando para a emergência profissional de conceber o ILS como um facilitador da comunicação até aquela (abordagem/concepção) que intitula o intérprete como um especialista bilíngue e bicultural.

A formação profissional é um fato que sem dúvida fornece subsídios para a atuação do tradutor/intérprete e que legitima a sua prática, assim como qualquer profissão. Essa afirmação é contemplada no segundo depoimento apresentado a seguir:

Acredito que a maior contribuição que os “Estudos da Tradução” podem dar à nossa formação é o *empoderamento*. Podemos agora nos posicionar com mais segurança, pois nossa atuação está deixando de ser empírica.

Nesse sentido, ainda que a autora trabalhe sobre o papel específico do tradutor, encontramos possibilidades de alguns desses papéis serem aplicados ao contexto dos ILS, quando observamos Bordenave (1998, p. 430) afirmar que

a valorização da imagem da profissão do tradutor passa inegavelmente pela sua formação profissional e pela necessária especialização que, como em qualquer profissão, exige o estudo da teoria e das técnicas de tradução, assim como das ferramentas que facilitam a prática tradutória, estas entendidas em seu sentido amplo e incluindo “acima de tudo” o hábito de busca e reflexão acerca do ato tradutório.

Estamos problematizando outro lugar para a formação de ILS, construindo identidades para esse grupo com referenciais teóricos embasados nos Estudos da Tradução, não somente em contextos empíricos de formação. Tal atitude desloca estereótipos e representações que punham o ILS em uma situação subalterna enquanto profissional, desperta sua conscientização acerca de seu papel, demarca mudanças argumentativas, práticas e de produção de saberes para o grupo.

São evidentes os efeitos, por exemplo, quando intérpretes passam a se perguntar a respeito da sua própria constituição enquanto profissional da tradução, sua relação com as línguas e comunidades implicadas no ato de interpretação, a partir de um panorama teórico. Há uma mudança de enfoque no *locus* de enunciação desse tradutor/intérprete, na forma de conceber os papéis de acordo com os contextos em que ele atua, da sua relação com as línguas envolvidas e todos os demais elementos que compõem o ato tradutório. Como diria Bhabha, há um deslocamento na posicionalidade que esse sujeito busca assumir.

Nesse sentido de buscar apresentar os efeitos que vêm sendo desencadeados na formação de ILS é que concordamos com o que Hall (1997, p. 5) afirma sobre as abordagens discursivas:

A abordagem discursiva está mais preocupada com os efeitos e as consequências da representação – sua política. Ela examina não apenas a forma como a linguagem e a representação produzem significados, mas como o conhecimento produzido por determinado discurso liga-se ao poder, regula as condutas, forma ou constrói identidades e subjetividades, e define a forma como são representadas, refletidas, praticadas e estudadas certas coisas.

A partir dos efeitos neste trabalho apresentado a respeito da formação de tradutores/intérpretes de língua de sinais é possível afirmar que os deslocamentos são evidentes no curso dessa profissão, e que as identidades estão em processo de construção. Recentemente o X Encontro Nacional de Tradutores contou com a presença ativa de ILS, apresentando suas pesquisas num esforço cada vez maior de aproximação aos Estudos da Tradução.

Portanto, ao concluir este trabalho, retomamos as palavras da professora Dra. Maria Lúcia Vasconcellos, quando produz seu texto indagando-se: o que éramos ontem, o que somos hoje, e o que queremos ser amanhã? No que se refere à tradução/interpretação de língua de sinais, a resposta está sendo construída sobre o que queremos ser hoje e amanhã, uma vez que a produção acadêmica está em constante ebulição e buscando espaços de consolidação na medida em que articula-se ao campo dos Estudos da Tradução. Essas discussões políticas, implantações de cursos de graduação e pós-graduação na área, formação profissional de ILS e a consolidação no meio acadêmico contribuem significativamente para afirmar o espaço da tradução/interpretação de língua de sinais no Ensino Superior, e a partir dessa medida, desdobramentos para outros contextos. Por fim, fazemos nossas as palavras de Vasconcellos (2009), que menciona o bônus e o ônus de manter a unidade em uma disciplina [Estudos da Tradução] caracterizada pela sua interdisciplinaridade: “Manter a unidade permite ‘falar a mesma língua’, sobretudo no que concerne a conceitualizações e terminologias da área, e por consequência permite a comunicação interna. O ‘ônus’, a meu ver, está no perigo de se desmanchar as diferenças em nome da unidade e no perigo de sacrificar a periferia em nome das forças centrípetas”.

Dicas de estudo

Artigo científico de Mara Lúcia Masutti e Silvana Aguiar dos Santos, intitulado “Intérpretes de Língua de Sinais: uma política em construção”, do livro *Estudos Surdos III*, de Ronice Müller de Quadros, editora Arara Azul, 2008.

O texto trata do histórico profissional do Intérprete de Língua de Sinais e se propõe a refletir sobre os desdobramentos práticos, teóricos e políticos da profissão.

Artigo científico de Marianne Rossi Stumpf e Ronice Müller de Quadros, intitulado “Tradução e Interpretação da Língua Brasileira de Sinais: formação e pesquisa”. Disponível em: <www.periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/15714/14228>.

O texto é indicado por dois principais motivos. Primeiro porque apresenta a evolução da formação de tradutores e intérpretes da Libras, abordando a relação desse processo com as conquistas sociais dos surdos. Segundo porque o texto é escrito em SignWriting e uma de suas autoras é surda; assim, é possível aliar aquisição de conhecimento sobre a formação do intérprete e tradutor à prática de leitura em SignWriting, bem como ter uma perspectiva diferente sobre o processo de formação desses profissionais.

Atividades

1. Explique o conceito de línguas nacionais.

2. Elabore uma síntese sobre as contribuições do Tradutor e Intérprete de Libras para o desenvolvimento dela enquanto língua.

3. Partindo do excerto fornecido abaixo, explique como se vinculam as questões de poder, fracasso e responsabilidade no ato de tradução e interpretação de uma língua a outra.

A responsabilidade envolvida em um serviço de tradução é muito grande. O intérprete é um pequeno, mas importante elo na cadeia da comunicação. Não é indispensável, como gostaríamos de crer, mas certamente importante. Por seu intermédio, canalizam-se informações cruciais, cujo entendimento é determinante no curso de acontecimentos que podem literalmente mudar a história. Mas a história consiste exatamente no conjunto dessas mudanças. E seremos sempre partícipes e agentes dela. Isso, naturalmente, implica risco. (MAGALHÃES, 2007, p. 67-68)

Referências

ARROJO, Rosemary. **Oficina de Tradução**: a teoria na prática. São Paulo: Ática, 1986.

ASSIS SILVA, César Augusto. Da missão à profissão: produzindo novas experiências da surdez. In: ENCONTRO DE PROFISSIONAIS TRADUTORES/INTÉRPRETES DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS DO MATO GROSSO DO SUL, 2, 2006, Campo Grande - MS. **Anais...** Campo Grande: APILMS, 2006. v. 1. p. 46-56.

DELISLE, J.; WOODSWORTH, J. **Os Tradutores na História**. Tradução de: BATH, Sérgio. São Paulo: Ática, 1995.

HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 9. ed. Tradução de: LOURO, Tomaz Tadeu da Silva Guaracira. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

MAGALHÃES, Ewandro Junior. **Sua Majestade, o Intérprete**: o fascinante mundo da tradução simultânea. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

MOUNIN, Georges. **Os Problemas Teóricos da Tradução**. Tradução de: DANTAS, Heloysa de Lima. São Paulo: Cultrix, 1965.

PEREIRA, Maria Cristina. Interpretação interlíngua: as especificidades da interpretação de língua de sinais. **Cadernos de Tradução**, UFSC, v. 1, n. 21, p. 135-156, 2008.

QUADROS, Ronice Müller de. **O Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa**. Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos. MEC, 2007.

SANTOS, Silvana Aguiar dos. Tradução e interpretação de língua de sinais: deslocamentos nos processos de formação acadêmica e profissional. **Cadernos de Tradução**, UFSC, v. 2, n. 26, p. 145-164, 2010.

Gabarito

1. O esperado é que o aluno chegue à conclusão de que línguas nacionais são as línguas padrões de cada povo, que unem as pessoas e as identificam enquanto pertencentes a uma nação.
2. Basicamente o aluno deve versar sobre o enriquecimento vocabular e estrutural que a prática de tradução vem dando à Libras, bem como sobre o início de um processo de padronização linguística da Libras.
3. Resposta mínima deve contemplar que a responsabilidade para com a tradução e interpretação é o ponto de equilíbrio para lidar com o poder e o fracasso implicados na profissão.

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

